





★ continuação

última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele exercício. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completem o seu exercício de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeita, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulte no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. i) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem durante o exercício uma obrigação legal ou possível que possa ser avaliada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, com exceção da Provisão para perdas de créditos esperada que segue a política da Companhia. j) Receita operacional: i) Receitas de royalties: Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzem juros e royalties, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os royalties devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato. As receitas de royalties reconhecidas pela Companhia referem-se à variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de março a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem, em grande parte, durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o recebimento de faturamentos do exercício seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como "receitas diferidas" no passivo circulante. ii) Venda de bens e serviços: A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas. k) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que serão aplicadas às diferenças revisadas temporárias quando de sua reversão, baseando-se nas leis que estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios findos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderão impactar a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e reduções são feitas na medida em que sua realização não seja mais provável. m) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios findos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação. n) Ativos arrendados: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no IFRS 16/CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizá-los como componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente; • Mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. i) Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. o) Subvenção governamental: Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção. p) Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia gerencia os riscos associados com assuntos ambientais em todas as atividades que possam causar impacto ambiental. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**7. NORMAS EMBITAS, MAS AINDA NÃO VIGENTES**  
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível. IFRS 18/CPC 51: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em e após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa e a apuração do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

**8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

O Grupo classifica como equivalente de caixa os saldos de depósitos bancários de curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Qualquer tipo de depósito bancário que não satisfaça essas características cumulativamente, ou mesmo que satisfaçam os critérios, mas não são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo são classificados como aplicações financeiras, no ativo circulante ou não circulante.

Rentabilidade média acumulada da carteira no exercício	Consolidado		Controladora		
	% do CDI	2026	2025	2026	2025
<b>Caixa</b>					
Em moeda local		-	4	-	4
Em moeda estrangeira		11	13	11	13
		11	17	11	17
<b>Bancos</b>					
Em moeda local		29	218	29	218
Em moeda estrangeira		240	240	-	-
		269	458	29	218
<b>Aplicações</b>					
CDB (i)	101%	680.005	628.383	680.005	628.383
Compromissada (ii)	85%	1.104	534	1.104	534
		681.109	628.917	681.109	628.917
Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		681.389	629.392	681.149	629.152
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		327.031	324.775	326.791	324.535
		354.358	304.617	354.358	304.617

(i) CDB: aplicações realizadas em bancos de primeira linha, e rendimento per fixado em CDI. (ii) Compromissada: aplicação realizada em bancos de primeira linha. Aplicação de renda fixa em que o banco

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)**

vende um título (debênture), com compromisso de comprá-lo a qualquer momento, conforme remuneração em DI. A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.g.

**9. CONTAS A RECEBER**

O saldo de contas a receber de clientes é representado substancialmente por saldos referentes a receita de royalties, composto da seguinte forma:

	Consolidado e Controladora	
	2026	2025
Clientes	84.238	76.824
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	17.634	20.239
Total	101.872	97.063
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(2.365)	(2.276)
(-) Provisão para perda de crédito esperada (nota explicativa nº 27)	(68.974)	(61.009)
Total	(71.339)	(63.285)
Circulante	6.287	9.857
Não circulante (i)	24.246	23.921

(i) Estão classificadas na rubrica de longo prazo o saldo de R\$17.105 referente royalties a receber das variedades CTC 1-12, em discussão judicial ou administrativa junto a determinados clientes.

A movimentação da provisão está apresentada como segue:

	Controladora	
	2026	2025
Constituições	(55.435)	(7.850)
Saldo em 31 de março de 2025	(63.285)	(6.054)
Constituições	(6.054)	(71.339)

As reversões e/ou constituições de provisões estão registradas na rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais". A análise quanto a exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.

**10. OUTROS ATIVOS**

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Despesas antecipadas (i)	13.653	13.484	13.653	13.484
Adiantamento a fornecedores	7.871	3.994	7.871	3.994
Outros ativos	435	704	80	156
	21.959	18.182	21.604	17.634
Circulante	10.378	8.295	10.023	7.747
Não circulante	11.581	9.887	11.581	9.887

(i) Referem-se a mudas disponibilizadas para multiplicação de variedades em clientes. Estas mudas são monitoradas para garantir que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme acordo formalizado junto ao cliente que estabelece a responsabilidade de multiplicação.

**11. ATIVO FISCAL DIFERIDO**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a apuração de lucro tributável futuro com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Reconhecidos no resultado		Reconhecidos no resultado	
	2024	2025	2026	2025
Perda de crédito esperada	13.656	2.669	16.525	2.738
Receita a auferir	(697)	(6.464)	(1.244)	(5.120)
Provisão participação nos lucros	7.383	322	7.685	(3.648)
Incentivo de longo prazo	5.803	2.320	8.123	1.872
Incentivo fiscal - aceleração	(9.554)	483	(9.071)	(1.810)
Outras diferenças temporárias	4.166	(5.530)	(1.364)	1.471
Imposto diferido líquido	28.795	(433)	28.362	(720)

**13. IMOBILIZADO**

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	78.123	6.938	13.401	10.406	2.893	63.134	12.662	2.580	197.718
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	-	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	-
Baixas	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Conversão moeda	739	55	206	-	-	358	-	-	1.358
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	91.058	8.257	15.676	12.103	4.168	80.382	25.332	10.989	247.966
Adições	24.351	1.060	3.899	1.537	45	47	88.735	19.354	139.028
Transferências	12.957	632	10	170	-	15.120	(2.587)	(26.301)	-
Baixas	(2)	-	(80)	(539)	-	-	(1.027)	-	(1.648)
Conversão moeda	(735)	(39)	(98)	-	-	-	-	-	(872)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	127.629	9.910	19.407	13.271	4.213	95.549	110.453	4.042	384.474
<b>Depreciação:</b>									
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	(52.151)	(3.312)	(8.343)	(5.851)	(1.201)	(28.093)	-	-	(98.951)
Depreciação no exercício	(5.921)	(58)	(1.906)	(1.398)	(262)	(5.452)	-	-	(15.526)
Baixa depreciação	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transferência	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Conversão moeda	(470)	(27)	(95)	-	-	(328)	-	-	(920)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	(58.562)	(3.925)	(10.160)	(6.923)	(1.463)	(33.852)	-	-	(114.884)
Depreciação no exercício	(8.094)	(707)	(2.052)	(1.613)	(343)	(7.096)	-	-	(19.904)
Baixa depreciação	-	-	73	330	-	-	-	-	404
Conversão moeda	551	30	82	-	-	-	-	-	661
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	(66.105)	(4.602)	(12.057)	(8.205)	(1.806)	(40.948)	-	-	(133.223)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	32.497	4.332	5.516	5.181	2.706	46.529	25.332	10.989	133.082
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	61.524	5.308	7.350	5.066	2.407	54.601	110.453	4.042	250.751
<b>Taxa de depreciação</b>	10%	10%	20%	10%	5%	8%			

Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	73.175	6.567	12.588	10.406	2.893	60.737	12.662	2.580	181.608
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	-	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	-
Baixas	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Conversão moeda	739	55	206	-	-	358	-	-	1.358
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	85.372	7.830	14.627	12.103	4.168	77.627	25.332	10.989	238.079
Adições	24.318	1.060	3.842	1.537	45	47	88.682	19.354	138.885
Transferências	12.957	632	10	170	-	15.120	(2.587)	(26.301)	-
Baixas	(3)	-	(80)	(539)	-	-	(1.026)	-	(1.648)
Conversão moeda	(735)	(39)	(98)	-	-	-	-	-	(872)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	122.644	9.522	18.429	13.271	4.213	92.794	110.401	4.042	375.316
<b>Depreciação:</b>									
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	(49.002)	(3.132)	(7.706)	(5.852)	(1.201)	(25.895)	-	-	(92.788)
Depreciação no exercício	(5.109)	(529)	(1.815)	(1.398)	(262)	(5.452)	-	-	(14.564)
Baixa depreciação	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transferências	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Conversão moeda	(470)	(27)	(95)	-	-	(328)	-	-	(920)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	(54.131)	(3.658)	(9.337)	(6.924)	(1.463)	(31.326)	-	-	



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

	2026				2025			
<b>15. INTANGÍVEL</b>								
<b>Consolidado</b>	<b>Software</b>	<b>Melhoramento genético</b>	<b>Novas tecnologias</b>	<b>Melhoramento genético em desenvolvimento</b>	<b>Novas tecnologias em desenvolvimento</b>	<b>Total</b>		
<b>Custo:</b>								
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>35.552</b>	<b>97.968</b>	<b>155.877</b>	<b>113.777</b>	<b>94.529</b>	<b>497.703</b>		
Adições	3.014	-	32	45.180	59.024	107.250		
Conversão moeda	190	-	183	-	-	373		
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>38.756</b>	<b>97.968</b>	<b>156.082</b>	<b>158.957</b>	<b>153.553</b>	<b>605.326</b>		
Adições	4.225	-	1.752	52.722	62.588	121.287		
Transferência	-	13.449	-	(13.449)	-	-		
Conversão moeda	(135)	-	(119)	-	-	(254)		
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>42.846</b>	<b>111.417</b>	<b>157.225</b>	<b>198.230</b>	<b>216.141</b>	<b>726.359</b>		
<b>Amortização:</b>								
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>(24.779)</b>	<b>(20.520)</b>	<b>(13.293)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(58.592)</b>		
Amortização	(5.204)	(4.008)	(10.457)	-	-	(19.669)		
Conversão moeda	(184)	-	(181)	-	-	(365)		
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>(30.167)</b>	<b>(24.528)</b>	<b>(23.931)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(78.626)</b>		
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	-	-	(19.888)		
Conversão moeda	118	-	113	-	-	231		
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>(32.934)</b>	<b>(29.810)</b>	<b>(35.539)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(98.283)</b>		
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>8.589</b>	<b>73.440</b>	<b>132.181</b>	<b>158.957</b>	<b>153.553</b>	<b>526.700</b>		
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>9.912</b>	<b>81.607</b>	<b>122.186</b>	<b>198.230</b>	<b>216.141</b>	<b>628.076</b>		
<b>Controladora</b>	<b>Software</b>	<b>Melhoramento genético</b>	<b>Novas tecnologias</b>	<b>Melhoramento genético em desenvolvimento</b>	<b>Novas tecnologias em desenvolvimento</b>	<b>Total</b>		
<b>Custo:</b>								
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>34.277</b>	<b>97.968</b>	<b>154.493</b>	<b>113.777</b>	<b>94.529</b>	<b>495.044</b>		
Adições	3.013	-	32	45.180	59.025	107.250		
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>37.290</b>	<b>97.968</b>	<b>154.525</b>	<b>158.957</b>	<b>153.554</b>	<b>602.294</b>		
Adições	4.225	-	1.752	52.722	62.588	121.287		
Transferência	-	13.449	-	(13.449)	-	-		
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>41.515</b>	<b>111.417</b>	<b>156.277</b>	<b>198.230</b>	<b>216.142</b>	<b>723.581</b>		
<b>Amortização:</b>								
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>(23.572)</b>	<b>(20.520)</b>	<b>(12.095)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(56.187)</b>		
Amortização	(5.147)	(4.008)	(10.426)	-	-	(19.581)		
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>(28.719)</b>	<b>(24.528)</b>	<b>(22.521)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(75.768)</b>		
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	-	-	(19.888)		
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>(31.604)</b>	<b>(29.810)</b>	<b>(34.242)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(95.656)</b>		
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>8.571</b>	<b>73.440</b>	<b>132.004</b>	<b>158.957</b>	<b>153.554</b>	<b>526.526</b>		
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>9.911</b>	<b>81.607</b>	<b>122.035</b>	<b>198.230</b>	<b>216.142</b>	<b>627.925</b>		

Os custos com desenvolvimento referem-se a gastos incorridos, segregados da seguinte maneira:

Consolidado	31/03/2025	Adições	Conversão de moeda	31/03/2026
Melhoramento genético (a)	256.925	52.722	-	309.647
Novas Tecnologias (b)	309.845	64.340	(119)	373.866
<b>Total</b>	<b>566.572</b>	<b>117.062</b>	<b>685.515</b>	<b>683.513</b>

Consolidado	31/03/2024	Adições	Conversão de moeda	31/03/2025
Melhoramento genético (a)	211.745	45.180	-	256.925
Novas Tecnologias (b)	250.407	59.057	181	309.645
<b>Total</b>	<b>462.152</b>	<b>104.237</b>	<b>183</b>	<b>566.572</b>

Os custos com os projetos Melhoramento genético e Novas tecnologias, são classificados conforme segue:

- Fase 1: Pesquisa aplicada e prova de conceito, a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico, o potencial de aplicação no mercado, definição de protocolos e protótipo de laboratório.
- Fase 2: Desenvolvimento precoce, a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *startups* de investigação em campo e potencialmente plantas piloto.
- Fase 3: Desenvolvimento avançado, a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Fase 4: Pré-lançamento, a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.
- Melhoramento genético: O Programa de Melhoramento genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País (PR/MG/MS/MT/TO/SP/GO), permite ao Grupo desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil. A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades pelo período de 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).
- Novas tecnologias: *i) Projetos melhoramento genético com tecnologia (transgênica):* A Biotecnologia, ferramenta para o escape do salto de produtividade do canavieiro, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil. O Programa de Biotecnologia, tem como foco principal a produção de plantas geneticamente modificadas com o uso de genes que conferem tolerância a insetos e herbicidas. Esta estratégia de controle já foi empregada em outras culturas, tais como milho, soja e algodão, e apresentam bons resultados em relação ao controle de suas pragas agrícolas. As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados. O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades e das tecnologias relacionadas por pelo menos 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados provisórios de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997) e, por seu lado, menos 20 anos a contar da data de depósito de pedido de patente de invenção, conforme estabelece a Lei de Propriedade Intelectual (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).
- *ii) Projeto Sementes Artificiais:* O Projeto de Sementes Artificiais tem por objetivo desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de sementes sintéticas, a fim de obter um aumento da eficiência no processo produtivo como um todo por meio da utilização de materiais genéticos de qualidade, livres de pragas e doenças, maquinários mais leves para plantio, levando à menor compactação do solo, menor volume de material por hectare, dentre outros. Esse projeto reforça o nosso papel disruptivo, uma vez que a Companhia acredita que exista tecnologia semelhante no Brasil ou no mundo. Alvoção dos desembolsos com pesquisas: As despesas de pesquisas são reconhecidas no resultado, desembolsos com desenvolvimento são capitalizados apenas como ativos intangíveis se os critérios de reconhecimento do IAS 38/CPC 4 - Ativo Intangível forem atendidos, isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiros futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento. No caso do Grupo, isso ocorre de acordo as regras atribuídas para cada tecnologia, sendo elas: a) Melhoramento genético: todos os gastos incorridos em variedades comerciais desde a fase 2 até a fase 4; b) Novas Tecnologias: todos os gastos incorridos em variedades comerciais de tecnologia já reconhecidas até sua desregulamentação internacional e nos casos de desenvolvimento de novas tecnologias, apenas gastos de Fase 4. Os custos com os projetos de Melhoramento genético e Novas Tecnologias, incorridos fora das normas citadas acima, são reconhecidas no resultado na rubrica de "custos de pesquisa e serviços prestados". A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "custos por natureza", nota explicativa nº 24. Redução ao valor recuperável (*impairment*): Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (*impairment*) dos saldos de ativos intangíveis, substancialmente representados por ativos relacionados ao melhoramento genético, biotecnologia, softwares e tecnologias em desenvolvimento. A metodologia utilizada para avaliação do valor recuperável é baseada no fluxo de caixa descontado, considerando premissas financeiras e operacionais aprovadas pela Administração, conforme descrito abaixo: (i) **Período de projeção** - Fluxos de caixa projetados com base no planejamento estratégico e orçamentos aprovados pela Administração, considerando período explícito de projeção e perpetuidade para o período residual; (ii) **Recalculadas** - Projetadas considerando o histórico operacional, expectativas de mercado, evolução tecnológica, expansão da base de clientes, licenciamentos, royalties e perspectivas de adoção das variedades e tecnologias desenvolvidas pela Companhia; (iii) **Margens operacionais** - Determinadas com base no desempenho histórico, eficiência operacional esperada e estratégia comercial da Companhia; (iv) **Custos e despesas operacionais** - Projetados considerando estruturas operacionais atuais, inflação esperada, ganhos de eficiência e investimentos necessários para manutenção das operações e continuidade dos projetos; (v) **Investimentos (Capex)** - Considerados conforme orçamento aprovado pela Administração, incluindo investimentos em pesquisa, desenvolvimento, infraestrutura tecnológica e manutenção operacional; (vi) **Crescimento no período residual** - Compatível com as expectativas de crescimento de longo prazo do setor de biotecnologia e agronegócio, bem como projeções macroeconômicas de mercado; (vii) **Taxa de desconto** - Os fluxos de caixa futuros foram descontados a valor presente utilizando metodologia baseada no *Weighted Average Cost of Capital* ("WACC"), considerando riscos específicos do negócio, estrutura de capital e condições econômicas e de mercado vigentes. A taxa média adotada no período de projeção é de 14% ao ano. A Administração não identificou indicadores de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de março de 2026.

16. FORNECEDORES

Referem-se, substancialmente, a fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	Consolidado	Controladora
	2026	2025
Fornecedores nacionais	45.900	22.947
Fornecedores estrangeiros	3.658	1.544
<b>Total</b>	<b>49.558</b>	<b>24.491</b>

17. FINANCIAMENTO

Consolidado e controladora	Modalidade	Moeda	Vencimento		Garantias		
			De	até	31/03/2026	31/03/2025	
Financiamentos	R\$	3,3% + TR a.a.	2027	2035	178.749	134.070	
Financiamentos máquinas	R\$	2,4% + CDI a.a.	2024	2028	982	1.352	
					179.731	135.422	
<b>Circulante</b>					749	665	
<b>Não circulante</b>					178.982	134.767	

Consolidado e controladora	31/03/2025	Captações	Incorridos	Pagamentos	Juros	Juros
Financiamentos	134.070	44.595	8.651	-	(8.567)	178.749
Financiamentos máquinas	1.362	-	76	(380)	(76)	982
<b>Total</b>	<b>135.432</b>	<b>44.595</b>	<b>8.727</b>	<b>(380)</b>	<b>(8.643)</b>	<b>179.731</b>

Consolidado e controladora	31/03/2024	Captações	Incorridos	Pagamentos	Juros	Juros
Financiamentos	74.435	59.460	5.080	-	(4.905)	134.070
Financiamentos máquinas	-	1.520	10	(168)	-	1.362
<b>Total</b>	<b>74.435</b>	<b>60.980</b>	<b>5.090</b>	<b>(168)</b>	<b>(4.905)</b>	<b>135.432</b>

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por exercício de vencimento:

Exercício de vencimento	31/03/2026	31/03/2025
2025	-	570
2026	654	390
2027	7.736	5.897
2028	22.384	16.867
2029	22.068	16.551
Demais anos	126.889	95.167
	179.731	135.432

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento para captação de recursos junto à FINEP, no montante de R\$180.000, com vencimento final em 2035. Sobre o montante principal incidirão juros de taxa referencial ("TR") + 3,3% ao ano. O recebimento inicial no montante de R\$ 75.000 ocorreu em 24 de outubro de 2023, a segunda parcela de liberação no montante de R\$ 60.000 ocorreu em 10 de julho de 2024 e a terceira e última tranche do contrato de financiamento no valor de R\$ 45.000 foi realizada em 23 de julho de 2025. Com esta liberação, o montante total contratado foi integralmente disponibilizado à Companhia, reforçando a capacidade de investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico. O pagamento dos juros ocorre mensalmente e o pagamento do principal terá primeira parcela a partir de 2027, o qual também será pago mensalmente. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

18. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	Controladora
	2026	2025
Provisão de férias, 13º salário e encargos	14.639	12.813
Provisão para participação nos resultados (i)	25.765	24.404
Provisão para bônus NE 22e	1.038	-
Encargos trabalhistas a pagar	11.692	9.736
Outros	99	99
<b>Total</b>	<b>53.233</b>	<b>46.953</b>

(i) Movimentação da provisão para participação nos resultados: O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação. O montante provisionado na safra 24/25 foi revertido após o pagamento que ocorreu em julho de 2025.

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>21.894</b>	<b>21.655</b>
Pagamento do exercício	(21.576)	(21.053)
Provisão do exercício	24.086	23.139
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>24.404</b>	<b>23.741</b>
Pagamento do exercício	(23.802)	(23.741)
Provisão do exercício	25.163	25.167
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>25.765</b>	<b>25.167</b>

19. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível, entre outros. A Diretoria, apoiada pela opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de março de 2026, se encontra provisionado o montante de R\$ 364 (R\$ 650 em 31 de março de 2025), o qual, na opinião da Diretoria e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência está registrada na conta de despesas administrativas e com vendas. Se encontram registrados na rubrica de depósitos judiciais referentes a esses processos, R\$ 993 em 31 de março de 2026 (R\$ 1.186 em 31 de março de 2025).

	Consolidado e controladora
	Provisões de natureza trabalhista
Saldo em 31 de março de 2024	(1.362)
Adições	(615)
Baixas	1.327
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>(650)</b>
Adições	(361)
Baixas	647
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>(364)</b>

Adicionalmente, o Grupo está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, em diversas fases do rito processual. Os processos de natureza tributária federal referem-se, principalmente, a discussões sobre interpretação e aplicação da legislação tributária no curso normal das operações da Companhia. Na avaliação dos consultores jurídicos, a probabilidade de perda desses processos é classificada como possível, totalizando R\$ 58.815 (R\$ 62.095 em 31 de março de 2025). As contingências cíveis totalizam R\$ 117 (R\$ 23.332 em 31 de março de 2025) e as trabalhistas, R\$ 854 (R\$ 1.435 em 31 de março de 2025), em diversas fases do rito processual.

20. PROVISÃO BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia possui um compromisso de assistência médica pós-emprego com seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes, em decorrência das contribuições fixas e mensais que foram realizadas pelos empregados, garantindo a esse grupo a continuidade no plano de assistência médica e outros benefícios pós-emprego. Os saldos relativos à provisão de benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado e controladora
Assistência médica pós-emprego	6.264
Outros benefícios	999
	7.263
Circulante	914
Não circulante	6.349

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco. Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos e contribuições variáveis de alguns procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e o nível de idade. Revisão anual do plano de saúde. Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão: (a) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e (b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Em 31 de março de 2026, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro abaixo. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido: As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

Tábua de Mortalidade	2026		2025	
	AT-2000, por sexo	Álvaro Vindas	AT-2000, por sexo	Álvaro Vindas
Tábua de Entrada em Invalidez				
Tábua de Mortalidade de Invalídios IAPB 1957				
Rotatividade 0,30/Tempo de Serviço + 1 (1)				

Plano	1ª outorga		2ª outorga		3ª outorga		4ª outorga		5ª outorga		6ª outorga		7ª outorga		8ª outorga		9ª outorga		Total
	24/07/2017	25/06/2018	19/07/2019	20/07/2020	13/07/2021	21/06/2022	21/07/2023	19/07/2024	2										



# CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



→ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

Controladora	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
<b>Instrumentos financeiros</b>				
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Aplicações financeiras (nota 8)	681.109	628.917	681.109	628.917
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>				
Depósitos a vista (nota 8)	11	17	-	-
Conta corrente (nota 8)	29	218	-	-
Contas a receber (nota 9)	101.872	97.063	-	-
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Financiamentos (nota 17)	179.731	135.432	-	-
<b>Passivos financeiros não mensurados ao valor justo</b>				
Fornecedores (nota 16)	48.566	23.463	-	-
Outras contas a pagar	2.580	2.445	-	-

**Valor justo versus valor contábil:** Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. b) Gerenciamento dos riscos financeiros: O Grupo apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de liquidez; e c) Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo para cada um dos riscos acima, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. c) Estrutura do gerenciamento de risco: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. d) Risco de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as transações são denominadas, e a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$ e USD.

Instrumentos	Exposição 2025		Provável	
	USD	Risco	Taxa	Valor
<b>Ativo Financeiros</b>				
Bancos em moeda estrangeira	46	Redução Dólar	5,22	240
Fornecedores estrangeiros	701	Redução Dólar	5,22	3.659
Outras contas a pagar	216	Redução Dólar	5,22	1.127
<b>Resultado financeiro projetado</b>				5.026
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>				-

e) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Riscos de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas nº 8 e 9. **Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. **Contas a receber:** Com relação às contas a receber, o Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises da situação dos clientes e de medidas cabíveis de acordo com a política vigente. Em 31 de março de 2026, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** A despesa com a constituição dessa provisão de perdas foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A composição por vencimento dos recebíveis na data das Informações contábeis era a seguinte:

Consolidado e controladora	2026		2025	
	2026	2025	2026	2025
A vencer	23.113	32.303	-	-
Vencido de 1 a 30 dias	243	163	-	-
Vencido de 31 a 60 dias	94	516	-	-
Vencido de 61 a 180 dias	7.131	6.173	-	-
Vencido de 181 a 360 dias	7.745	4.097	-	-
Vencido acima de 360 dias	63.546	53.811	-	-
<b>Total (nota explicativa n° 4)</b>	<b>101.872</b>	<b>97.063</b>	-	-
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(2.365)	(2.276)	-	-
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(68.974)	(61.009)	-	-
<b>Total (nota explicativa n° 4)</b>	<b>(71.339)</b>	<b>(63.285)</b>	-	-
	30.533	33.778	-	-

f) Risco de liquidez: A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados: **Cronograma de amortização da dívida:**

31 de março de 2026	Valor Fluxo de caixa											
	contábil	12	13	24	25	26	36	37	48	49	60	61 a 97
Fornecedores	49.558	49.558	49.558	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	36.359	36.359	13.060	12.256	8.813	2.730	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	179.731	197.774	7.356	7.356	22.902	22.902	22.902	22.902	22.902	114.356	-	-
<b>Valor Fluxo de caixa</b>	<b>179.731</b>	<b>423.691</b>	<b>69.974</b>	<b>22.902</b>	<b>34.069</b>	<b>25.642</b>	<b>25.642</b>	<b>25.642</b>	<b>25.642</b>	<b>25.642</b>	<b>114.356</b>	<b>114.356</b>
<b>31 de março de 2025</b>												
Fornecedores	24.491	24.491	24.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos	35.150	35.150	11.395	12.780	8.813	2.662	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	135.432	148.467	5.080	5.080	5.080	17.257	17.257	17.257	17.257	98.713	-	-

DIRETORIA EXECUTIVA	
Director-Presidente	Massimiliano César de Barros Júnior
Director Financeiro e Relações com Investidores	Paulo Geraldo Polezi

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. ("Companhia"), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado e individual em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas e individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual do CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. e sua controlada em 31 de março de 2026, o desempenho consolidado e individual de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Intangíveis - Gastos com desenvolvimentos:** Veja a Nota 6 e a 15 das demonstrações financeiras consolidadas e individuais. **Principal assunto de auditoria:** A Companhia registra no ativo intangível os gastos incorridos em conexão com o desenvolvimento e aprimoramento de novos produtos. A determinação da natureza dos gastos com desenvolvimento que podem ser capitalizados, de acordo com os requisitos do IAS 38/CPC 4 - Ativo Intangível, envolve julgamentos significativos, quanto à viabilidade técnica e econômica dos projetos, bem como à expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Em função dos julgamentos significativos, descritos acima, os critérios para a capitalização de gastos com desenvolvimento registrados no ativo intangível, adotados pela Companhia, foram considerados relevantes para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - A avaliação do desenho operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a capitalização de gastos com desenvolvimento; - A avaliação dos critérios para capitalização de gastos com desenvolvimento; - Teste amostral das adições de intangível para validação da existência e avaliação da natureza dos gastos e aplicação dos critérios de capitalização; e - A avaliação da análise da Companhia sobre a viabilidade comercial e tecnológica dos ativos em desenvolvimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios para capitalização de gastos com desenvolvimento, adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício

g) Risco de mercado: Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de o Grupo vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os ativos e passivos do Grupo indexados por CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis do Grupo era:

Consolidado e controladora	Risco	
	2026	2025
<b>Instrumentos de taxa prefixada</b>		
Fornecedores	49.558	24.491
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	681.109	628.917
Financiamentos	179.731	135.432

**Análise de sensibilidade:** No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 12,08%, taxa média de juros efetivos nos últimos doze meses. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido. **Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:**

Exposição 2025	Risco	Cenários						
		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%				
		Provável	Aumento	Provável	Aumento			
		%	Valor	%	Valor			
<b>Instrumentos</b>								
<b>Ativo financeiro</b>								
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	681.109	Redução	CDI 14,72	100.259	11,04	75.194	7,36	50.130
<b>Empréstimos e financiamentos</b>								
Financiamentos	(179.731)	Redução TR	5,27	(9.472)	3,95	(7.099)	2,64	(4.745)
<b>Outros instrumentos</b>								
Benefícios pós-emprego	(7.263)	Redução	CDI 14,72	(1.069)	11,04	(802)	7,36	(535)
<b>Resultado financeiro projetado</b>								
			89.718		67.293		44.850	
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>								
					(22.425)		(44.868)	

**Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas:**

Exposição 2025	Risco	Cenários						
		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%				
		Provável	Aumento	Provável	Aumento			
		%	Valor	%	Valor			
<b>Instrumentos</b>								
<b>Ativo financeiro</b>								
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	681.109	Crescimento	CDI 14,72	100.259	18,40	125.324	22,08	150.389
<b>Empréstimos e financiamentos</b>								
Financiamentos	(179.731)	Crescimento TR	5,27	(9.472)	6,59	(11.844)	7,91	(14.217)
<b>Outros instrumentos</b>								
Benefícios pós-emprego	(7.263)	Crescimento	CDI 14,72	(1.069)	18,40	(1.337)	22,08	(1.604)
<b>Resultado financeiro projetado</b>								
			89.718		112.143		134.568	
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>								
					22.425		44.850	

**Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Diretoria. Esses indicadores correspondem aos índices: De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) maior ou igual a 1. Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Ativo circulante	729.937	684.226	728.342	683.438
Passivo circulante	169.357	123.830	166.936	121.913
<b>Índice de liquidez</b>	<b>4,33</b>	<b>5,53</b>	<b>4,36</b>	<b>5,61</b>

### 27. PARTES RELACIONADAS

• **Controladora e controlador final:** O grupo de Controladores finais é formado pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raizen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Grupo Tereos, Grupo BP Bioenergy e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool. • **Remuneração do pessoal-chave da Diretoria:** A remuneração paga para Diretoria é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 21.966 (R\$ 19.345) em 31 de março de 2026. Em adição às despesas acima mencionadas, a Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

Descrição	Consolidado e Controladora	
	2026	2025
Remuneração fixa	12.066	9.177
Bônus, benefícios e outras remunerações variáveis	3.355	3.345
Pagamento baseado em ações virtuais	6.545	6.823
Total da remuneração e encargos	21.966	19.345

• **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício decorrem de transações que são realizadas de acordo com os preços acordados entre as partes, com o Grupo e suas partes relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

Nota	2026		2025	
	2026	2025	2026	2025
<b>Ativo</b>				
Contas a receber (a)	9	17.634	20.239	-
<b>Passivo</b>				
Dividendos a pagar (b)		46.684	36.765	-
Obrigações com arrendamento (c)	14	16.734	22.276	-
Outras contas a pagar (d)		1.127	1.185	-
		2026	2025	
<b>Resultado</b>				
Receita de vendas (e)	23	214.953	148.523	-

a) Contas a receber: Operações com licenciamento de variedades de cana-de-açúcar e de tecnologia. Os royalties são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo. **Contas a receber (nota explicativa)**

	2026	2025
Grupo BP Bioenergia	15.092	14.788
Copersucar S.A.	2.256	4.917
Grupo Raizen	116	522
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	170	12
	17.634	20.239

b) Dividendos a pagar: De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos adicionais correspondentes a 10% do lucro líquido ajustado. A Companhia possui registrados na rubrica de dividendos a pagar o montante de R\$ 45.196 (R\$ 36.109 em 31 de março de 2025) o qual está à disposição dos acionistas. c) Passivo de arrendamento: Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março 2025 a Companhia possuía registrado no passivo contratos de arrendamento das transações com partes relacionadas.

**Obrigações com arrendamento de imóveis (nota 14)**

	2026	2025
Copersucar S.A.	10.384	14.040
	10.384	14.040

**Obrigações com arrendamento agrícola (nota 14)**

	2026	2025
Grupo São Martinho	5.276	6.629
Grupo Raizen	157	584
Copersucar S.A.	917	1.023
	6.350	8.236

d) Outras contas a pagar - Controladora:

	2026	2025
Outras contas a pagar	1.127	1.185
CTC Genomics LLC	1.127	1.185

e) Receitas com royalties:

	2026	2025
<b>Receitas</b>		
Grupo BP Bioenergia	29.914	20.803
Copersucar S.A.	92.023	63.132
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	1.986	1.530
Grupo Raizen	53.182	37.198
Grupo São Martinho	20.496	15.068
Grupo Tereos	17.352	10.792
	214.953	148.523

### 28. COMPROMISSO COM RECEITA FUTURA

A seguir são apresentados os efeitos dos recebimentos futuros já comprometidos junto a nossos clientes e condicionados à existência nas datas dos faturamentos futuros, relativos aos cortes remanescentes das áreas que já se encontram plantadas. O CTC celebra contrato sem prazo determinado de licenciamento de direito de uso de suas variedades, recebendo de seus clientes royalties anuais pelo exercício em que suas variedades estiverem sendo cultivadas por aproximadamente 5 anos. Tal obrigação se mantém até o término do prazo de sua proteção da propriedade intelectual 15 anos para variedades convencionais, e 20 anos para aquelas geneticamente modificadas. A Companhia estima que, os direitos decorrentes dos futuros cortes do atual plantio, a valor presente, totalizem no montante de R\$ 1.015.669 em 31 de março de 2026, conforme demonstrado abaixo:

Direitos futuros decorrentes de safra futura (números abaixo em milhões de reais)		
<b>Total compromisso de recebimento futuro de receita</b>		1.411.544